

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

O MARQUÊS DE POMBAL E O SEU TEMPO

Tomo I



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1982

O DISCURSO POLÍTICO FALSAMENTE ATRIBUÍDO AO MARQUÊS DE POMBAL

Introdução

Já no princípio deste século J. Lúcio de Azevedo havia escrito, contra a corrente da historiografia pombalina até então dominante: «Pombal, que passa por encarnar a oposição firme ao absorvente domínio [dos ingleses], mostrou-se, sem embargo de algumas veleidades e ocasionais resistências, propugnador da amizade britânica e decidido cultor dela, por onerosa que às vezes a considerasse. Foi política sua constante manter a todo o custo a protecção da Inglaterra; ao mesmo tempo emancipar-se da tutela comercial e coarctar o que havia de exagerado nas regalias de que gozavam os súbditos da nação amiga» (1). Apesar dos posteriores e decisivos esclarecimentos da questão por alguns historiadores contemporâneos, ainda hoje se não desvaneceu, contudo, em torno da figura de Pombal a fama de adversário intransigente dos ingleses.

A oposição pretensamente votada à nação britânica pelo primeiro ministro de D. José estaria patente, em particular, na sua política económica, cujo objectivo principal teria sido libertar Portugal da «dominação» ou «dependência», de carácter mais ou menos «colonial», em que se encontraria «submetido» por parte de Inglaterra.

Pode-se certamente discutir, sem incorrer em anacronismos ou erros históricos, se a posição de Portugal face a Inglaterra no século XVIII, nos planos político e económico, era ou não de *dependência*. A questão da dependência económica já era posta aliás, e com toda a realidade, no tempo de D. João V

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

(1) *O Marquês de Pombal e a sua Época*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1922, pp. 210-211.

e D. José. E não eram apenas «estrangeirados» ou diplomatas distantes da governação a levantarem a questão. O próprio Cardeal da Mota, por exemplo, falava em 1734 — em plena época de prosperidade brasileira — da «sujeição» e da «dependência», relativamente a outras nações, dos países que não possuíam fábricas, que assim viviam «pobres e reduzidos a uma extrema decadência» (²). Não foi com certeza a historiografia contemporânea, nem a do século passado, nem mesmo a doutrina do «despotismo esclarecido» quem descobriu ou engendrou o conceito de dependência económica.

Mostrou J. Borges de Macedo — criticando uma excessiva acentuação do aspecto da *dependência* portuguesa nas relações luso-britânicas — que a ligação de Portugal atlântico com Inglaterra reflectia antes de mais uma vasta coincidência de interesses políticos e comerciais (³). Isto não invalida, porém, que nem todos os interesses portugueses coincidiam com os ingleses, como é notório no respeitante ao desenvolvimento das nossas manufacturas, navegação, exportações, etc. É certo que no Portugal dos séculos XVII e XVIII as tentativas de reactivação do comércio, manufacturas, etc., surgiam *quase* sempre nos períodos de escassez de poder de compra nacional e que, pelo contrário, nos períodos florescentes de exportação de produtos ultramarinos ou da mineração dos metais preciosos e diamantes, se apagava aquele estímulo decisivo à produção nacional das mercadorias que se importavam (⁴). Esta falta de estímulo (não considerando travões de outra ordem), combinada com o forte interesse dos ingleses pelo mercado de Portugal e seus domínios — aonde conseguiam não só colocar grande quantidade de mercadorias como ainda obter avultado excedente pago em ouro — viria porém a resultar, sob a égide de uma ligação política e comercial privilegiada entre os dois países, numa situação a longo prazo bastante desfavorável para a economia portuguesa. Ora muito antes ainda da

(²) *Parecer do Cardeal da Mota sobre a instalação em Lisboa de uma manufactura de sedas*, in Jorge Borges de Macedo, «O pensamento económico do Cardeal da Mota», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 4 (1960).

(³) *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, A.I.P., Lisboa, 1963, p. 193. O autor acha «historicamente errado» falar-se de dependência de Portugal em relação à Inglaterra, acentuando a importância dos interesses comuns, mas negligenciando a meu ver os interesses divergentes e até opostos entre portugueses e ingleses.

(⁴) Veja-se, por exemplo, Jorge Borges de Macedo, «Methuen, Tratado de (1703)», in *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, s.d.

crise de meios de pagamento verificada a partir dos anos 60 (entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos, decréscimo da produção de ouro no Brasil, queda na exportação do açúcar brasileiro, etc.) ⁽⁵⁾, já Pombal e outros políticos e diplomatas, para não voltar a referir o Cardeal da Mota, se haviam apercebido daquele mecanismo conservador e fomentador da nossa dependência em relação aos artigos manufacturados e produtos agrícolas ingleses, bem como em relação aos comerciantes e navegação do país aliado ⁽⁶⁾. Impunha-se pois a tentativa, que Pombal compreendia, de minimizar o preço a pagar pela protecção e outras vantagens da necessária aliança com Inglaterra, sobretudo nas áreas em que para Portugal se tratava de assegurar a longo prazo uma situação de menor fragilidade e dependência. Os custos da aliança inglesa deveriam comprometer o menos possível o desejado desenvolvimento das actividades económicas nacionais. Em 1741, Sebastião José de Carvalho via este desenvolvimento nomeadamente no incremento da produção de manufacturas e no fomento do comércio com os domínios ultramarinos de preferência ao comércio com o estrangeiro, pensando justamente na diminuição da dependência externa.

Em todo o caso, a questão da dependência portuguesa, até aqui formulada isoladamente em relação a Inglaterra, teria de se pôr também no caso de uma aliança alternativa com a França, que tinha menos vantagens políticas e comerciais para oferecer em troca, ainda com a agravante de este país se encontrar então aliado à Espanha, nossa «inimiga natural», vizinha e concorrente tanto na Europa como na América do Sul. Ora desde a sua enviatura em Londres, uma década antes de entrar para o governo, que Sebastião José de Carvalho mostrava não alimentar grandes ilusões acerca de uma aliança alternativa com a França em detrimento da ligação com Inglaterra ⁽⁷⁾. Quanto à Espanha, encarou-a sempre como uma

⁽⁵⁾ H. E. S. Fisher, «Anglo-Portuguese Trade, 1700-1770», *The Economic History Review*, 1963, n.º 2, p. 231-232.

⁽⁶⁾ Veja-se a célebre *Relação dos Gravames*, escrita por Sebastião José de Carvalho em 1740-41, na sua enviatura em Londres, cujo manuscrito, até hoje inédito, será brevemente publicado.

⁽⁷⁾ Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para Marco António de Azevedo Coutinho (Londres, 2 de Janeiro de 1741), B.N., Col. Pombalina, cód. 656. Nesta longa (mais de cem páginas) e interessante carta, Sebastião de Carvalho retoma algumas das reflexões e hipóteses já anteriormente aventadas por Alexandre de Gusmão (ver adiante nota 10), mostrando-se embora muito mais pessimista, tanto no que respeita ao interesse de Portugal como ao de França em semelhante aliança.

ameaça à independência, às colónias, ao comércio e à indústria de Portugal. Se se pode falar de Pombal como adversário intransigente de alguma nação, então é para Espanha que devemos apontar.

Em Fevereiro de 1735, um incidente diplomático em Madrid — forjado ou muito ampliado pelo governo espanhol para pretextar a abertura de uma crise com Portugal — quase precipitou a guerra, na Europa, entre as duas nações peninsulares, e desencadeou, na América do Sul, as hostilidades dos espanhóis contra a Colónia do Sacramento, que se prolongariam de Novembro do mesmo ano até 1737 (*). Em 1739, por sua vez, declarava-se a guerra entre Espanha e Inglaterra. Todavia, após a subida ao trono espanhol, em 1746, de Fernando VI, casado com D. Maria Bárbara de Bragança (filha de D. João V), as relações luso-espanholas melhoraram ao ponto de as pretensões opostas das duas coroas terem sido objecto de longas negociações, culminando na assinatura em Madrid do Tratado dos Limites do Brasil, em Janeiro de 1750. Apesar deste evoluir dos acontecimentos, para Sebastião José de Carvalho as boas relações existentes, em determinados períodos, entre as duas nações ibéricas não iludiam a básica inconveniência de uma aproximação ou aliança entre Portugal e Espanha. Entrando para o governo de D. José em Agosto de 1750, o futuro Marquês de Pombal iria de imediato desenvolver esforços para impedir a conclusão de um tratado de comércio com a Espanha, cujas negociações vinham decorrendo paralelamente às do Tratado dos Limites, e que achava de consequências ruinosas para a economia portuguesa. Jaime Cortesão opina, é certo, que Sebastião de Carvalho teria sido movido menos por considerações de ordem económica e política do que por ambição pessoal e ciúme dos seus rivais na luta pelo poder. Facto é que os esforços do recém-nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros foram bem sucedidos e as negociações do tratado de comércio definitivamente abandonadas por decisão portuguesa em 1751 (*).

(*) Abundante documentação sobre este assunto encontra-se em Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Parte III, tomo I, pp. 293-499.

(*) Ver o recente artigo de L. Ferrand de Almeida, «Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII», *Revista de História Económica e Social*, n.º 8, pp. 95-110. Em anexo, o autor publica um parecer inédito e pouco conhecido de Sebastião José de Carvalho, acerca da minuta do tratado de comércio com Espanha escrita por Alexandre de Gusmão. Ver tb. Jaime Cortesão, *op. cit.*, Parte II, tomo I, pp. 439-442 e 443-444, bem como os documentos adiante citados na nota 11.

Nesta questão — como, alguns anos depois, na frustração do projecto de casamento da Princesa do Brasil, futura D. Maria I, com o infante D. Luís de Espanha — Sebastião de Carvalho levou de vencida os partidários de uma aproximação com a Espanha (e França), entre os quais se destacava então Alexandre de Gusmão. O secretário de D. João V e conselheiro do Conselho Ultramarino havia muito que encarara e defendera, de par com o embaixador D. Luís da Cunha, uma mudança na política externa portuguesa, que poderia ir até à assinatura de tratados com a França e à denúncia da aliança inglesa e do Tratado de Methuen, embora com a intenção de manter o comércio inglês para não dar motivo a retaliações⁽¹⁰⁾. Sob a inspiração e orientação de Gusmão haviam decorrido nos últimos anos do reinado de D. João V as negociações luso-espanholas atrás referidas. Jaime Cortesão viu nelas espelhado o realismo e o genial talento do «negociador oculto» português, não admitindo a hipótese de qualquer fúnesta cedência aos espanhóis por parte de Gusmão.

Terá sido mesmo crucial a actuação de Sebastião de Carvalho, após a subida ao trono de D. José, para que Portugal continuasse aliado de Inglaterra, como se pode avaliar pela leitura de um interessante documento publicado por Jaime Cortesão com o título: *Discussão entre Alexandre de Gusmão e Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o Tratado de Comércio com a Espanha (27 de Outubro de 1750)*⁽¹¹⁾. Contra Gusmão, que achava que «se tivéssemos união com Espanha, não necessitaríamos a de Inglaterra», sustentava Sebastião José: «1.º que um Estado não edificava sobre contingências tão falháveis como a vida humana, mas sim sobre máximas sólidas e perpétuas» (aludida aqui à influência favorável a Portugal exercida na corte de Madrid pela rainha Maria Bárbara de Bragança, influência essa que previsivelmente se desvaneceria após a morte de Fernando VI); «2.º que estas [máximas sólidas e

⁽¹⁰⁾ Ver em Jaime Cortesão, *op. cit.*, Parte III, tomo I, documento n.º LXXXIII, pp. 420-454, a *Grande Instrução* redigida por Alexandre de Gusmão em 1736, e dirigida a D. Luís da Cunha e Marco António de Azevedo Coutinho, na qual se propõe uma grande mudança nas relações diplomáticas de Portugal.

⁽¹¹⁾ Jaime Cortesão, *op. cit.*, Parte II, tomo I, documento n.º XXV, pp. 224-227. O documento é redigido por Sebastião José de Carvalho. A discussão gira em torno do parecer de Carvalho aqui referido na nota 9, recentemente publicado por L. Ferrand de Almeida. A minuta do tratado de comércio, que deu origem ao parecer de Carvalho e, depois, à discussão deste com Gusmão, encontra-se publicada também na obra de Jaime Cortesão, mesmo tomo, documento n.º XXIV, pp. 207-223.

perpétuas] ditavam que Espanha, sendo nossa vizinha, era aquela que não podia ser nunca nossa aliada; 3.º, que nestes termos, pecava a resposta [de Gusmão] no suposto de que Espanha pudesse segurar-nos, quando contra ela é que necessitávamos de segurança». Enfim, replicando ao argumento de Gusmão de que Portugal não necessitaria de outros aliados (se não se aliasse a Espanha, presume-se), respondia o ministro de D. José que isso «era cousa que não ouvira nunca, nem esperava ouvir; porque nem [mesmo] França nem o Império podiam subsistir sem alianças, e que por isso as compravam tão caras».

Interessa também referir aqui que Sebastião José não mostrava já grande apreço pelo próprio Tratado dos Limites, assinado em Janeiro desse mesmo ano de 1750, meses antes da sua chegada ao poder. Com efeito, em Outubro, afirmava não lhe fazer «o mais leve receio» que, segundo a ameaça de Gusmão, o ministro espanhol D. José de Carvajal resolvesse não dar execução ao Tratado dos Limites do Brasil em caso de se malograrem as negociações do tratado de comércio luso-espanhol ⁽¹²⁾.

Nem antes da sua chegada ao governo, nem no momento crítico do começo do reinado de D. José, nem nos movimentados 27 anos que se seguiram veremos jamais Pombal adepto do «partido» franco-espanhol ou empenhado numa política anti-inglesa. Não há dúvida que nas relações com Inglaterra procurou sempre salvaguardar os interesses e a dignidade nacionais, teve negociações difíceis com o governo britânico e conflitos por vezes muito acesos com os negociantes ingleses estabelecidos em Portugal, muito privilegiados e arrogantes. Mas uma política anti-inglesa só poderia ter significado, na época em questão, um estreitar de relações nos campos político e comercial com a França e a Espanha e o conseqüente abandono da antiga aliança e dos tratados com Inglaterra. O que não poderia ter deixado de se traduzir, por sua vez, num decréscimo proporcional do comércio luso-inglês, numa deterioração evidente da situação dos negociantes britânicos de Lisboa e Porto e, em última análise, no afastamento da navegação inglesa dos nossos portos. Teoricamente, tudo isto terá estado ao alcance do governo de Pombal, ainda que fosse legítimo pôr as mais sérias reservas à viabilidade e ao sucesso de tal política, nomeadamente tendo em conta a vulnerabilidade da navegação e dos domínios ultramarinos portugueses, que passariam a ter de recear a cobiça e a hostilidade da primeira

⁽¹²⁾ *Idem*, p. 227.

potência marítima mundial. Os factos atestam que nunca Pombal enveredou por esse caminho, mesmo que se tenha servido de algumas ameaças veladas para pressionar o gabinete londrino.

A mais forte razão de queixa do governo português contra o de Londres residiu, tanto no reinado de D. João V como no de D. José, na hesitação, demora e, por vezes, recusa dos ingleses em corresponderem aos pedidos de socorro do aliado, quase sempre contra as ameaças ou pretensões espanholas. Personalidades houve, com maior ou menor influência sobre D. João V, como Alexandre de Gusmão e D. Luís da Cunha, que perante a tibieza do auxílio ou as escusas inglesas ao cumprimento da aliança, encararam e sustentaram uma alteração da política externa. Mais tarde o próprio Pombal se terá confrontado com essa hipótese. Mas o auxílio inglês não faltou quando da mais grave ameaça espanhola que durante o reinado de D. José pesou sobre Portugal, em 1762 ⁽¹³⁾.

Quanto à política pombalina das companhias monopolísticas, já Borges de Macedo tentou demonstrar que ela não visava o comércio inglês, sendo essencialmente interno o seu objectivo. A simples análise do movimento de navios no porto de Lisboa entre 1746 e 1780 também é uma prova insofismável de que as sólidas garantias de que o comércio inglês dispunha em Portugal não diminuíram ⁽¹⁴⁾. Só a já referida contracção dos meios de pagamento a partir da primeira metade da década de 1760 faria baixar sensivelmente as importações de Inglaterra e, conseqüentemente, o excedente a favor deste país, o que todavia não pode imputar-se a medidas pombalinas.

Contudo, sem nunca perder de vista a ampla coincidência de interesses entre Portugal e Inglaterra, Pombal também trabalhou para a emancipação económica do seu país, inclusive ao arrepio de interesses ingleses divergentes ou opostos aos nossos. É o caso, por exemplo, da política de fomento industrial realizada a partir da depressão da década de sessenta, intervenção que de resto correspondia mais à pressão das cir-

⁽¹³⁾ Mesmo então, a demora do socorro inglês levava Sebastião José a aprestar uma forte esquadra, com o intuito de se embarcar a família real para o Rio de Janeiro assim que os espanhóis atravessassem a fronteira portuguesa. Esta solução (planeada cerca de meio século antes da fuga de D. João VI para o Brasil) não chegou a ser necessária, mais pela «vagarosa lentidão dos nossos vizinhos» do que pela prontidão dos socorros britânicos, segundo relatou Pombal. Vejam-se as *Cartas do Marquês de Pombal (1777-1780)*, pref. e notas de José Manuel de Noronha, Lisboa, 1916, p. 83.

⁽¹⁴⁾ «Portugal e a economia 'pombalina' — temas e hipóteses», *Revista de História de S. Paulo*, n.º 19, 1954.

cunståncias económicãs do que à preocupação abstracta de desenvolvimento. Na verdade, Pombal ficou muito longe das realizações por ele desejadas neste capítulo na longínqua data de 1741.

A ideia mítica da política «anti-inglesa» de Pombal parece-me essencialmente uma reputação engendrãda ou popularizada muitos anos após a morte do ministro. Na formação dessa ideia teve a meu ver a maior responsabilidade a atribuição fraudulenta a Pombal da autoria de vários textos, na realidade contrários à política que ele próprio conduziu. No final do século XVIII e princípios do século XIX, uma das características salientes da vida política portuguesa era a luta entre os «partidos» francês e inglês, confronto em que se inscreve o recurso à figura de Pombal para fins propagandísticos.

Entre aqueles textos avulta o caso do conhecido *Discurso Político*, de que me proponho tratar no presente artigo⁽¹⁵⁾. Quero porém sublinhar desde já que não se tratará aqui de uma vulgar autoria apócrifa, semelhante a tantas outras e sem mais alcance que o de uma curiosidade bibliográfica. Por um lado, a larga divulgação e aceitação da falsa autoria, constituindo-a num dos suportes da história mitológica pombalina, projectam-na bastante além das preocupações do mero eruditismo. Por outro lado, a obra em questão não foi relegada, nas épocas em que se publicou, para a sombra e o bafio de algumas bibliotecas de letrados, tendo sido lançãda, pelo contrário, em sucessivos momentos e diferentes locais como uma autêntica peça de combate.

1. Um libelo anti-inglês surgido após o terramoto de 1755

A notícia do terramoto do 1.º de Novembro de 1755 chamou a atenção de um vastíssimo público para Portugal. Um mês depois da catástrofe começava a surgir por toda a Europa grande quantidade de folhetos, livros, estampas, etc., contendo relações, descrições e testemunhos presenciais do terramoto lisboeta, satisfazendo a avidez de notícias. As informações mais contraditórias e exageradas viam a luz do dia, chegando até a espalhar-se o boato de que Lisboa fora submergida, desaparecendo completamente. Filósofos, escritores e artistas debruçãr-se-iam igualmente sobre o acontecido. Kant consagrou-

(15) Concluída a minha investigação sobre este caso, soube pela leitura de uma nota no artigo de L. Ferrand de Almeida atrás citado que já em 1976 um historiador brasileiro, J. Ribeiro Júnior, havia afirmado que a autoria do *Discurso Político* não pertencia a Pombal.

lhe uns ensaios científicos. Voltaire escreveu, ainda em 1755, o *Poème sur le désastre de Lisbonne* e, em 1759, localizaria uma parte do *Candide* em Lisboa durante o terramoto. Em Londres, particularmente afectada pela notícia do desastre, que significava a ruína de muitos negociantes ingleses, o Cavaleiro de Oliveira aproveitou a ocasião e publicou em Janeiro de 1756 o seu *Discours Pathétique au sujet des calamités présentes arrivées en Portugal*, simultâneo de uma versão em inglês, obra em que investe contra a Inquisição e a «superstição» religiosa dos portugueses⁽¹⁶⁾.

Um terramoto com aquelas proporções e consequências tornava-se ao mesmo tempo num acontecimento político de primeira ordem, numa espécie de «revolução», como então se escreveu, isto é, num dado com repercussões possíveis até no «equilíbrio europeu» — noção já muito em voga nos meados do século XVIII, particularmente oportuna nas vésperas da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Tendo de acudir, numa situação de grande desorganização e consternação, a mil e uma emergências e necessidades, Portugal não estaria proximamente em condições de responder eficazmente a qualquer hostilidade, mormente por parte de Espanha — eventualidade naquela data bastante remota e improvável, diga-se. No plano interno, por sua vez, era natural que a crescente oposição ao predominante ministro de D. José agarrasse a oportunidade para se manifestar mais abertamente, procurando ao mesmo tempo tirar partido fácil de qualquer deficiência, suposta ou real, na acção governativa pós-terramoto e, em última análise, obter ou forçar junto do rei o afastamento de Sebastião José de Carvalho⁽¹⁷⁾. Enfim, as principais potências europeias, vi-

(16) Sobre o interesse suscitado no estrangeiro pelo terramoto de Lisboa, especialmente no tocante a obras então publicadas, vejam-se: A. Gonçalves Rodrigues, *O Protestante Lusitano*, Coimbra, 1950, pp. 229-247; Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XVIII, Lisboa, 1906, pp. 246-256; e José Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1977, capítulo II e respectivas notas.

(17) Imediatamente surgiram acusações ao rei e ao seu ministro de não se importarem muito com o socorro das vítimas, permitindo que as freiras andassem «pelas ruas e campos de Lisboa à rédea solta, pedindo esmolas». O rei, recusando-se a dar audiências, passaria o seu tempo divertindo-se com o seu músico Caffarello e outros (ANTT, MNE, caixa 33, maço 30, n.º 170). Veja-se também o principal texto oposicionista daquele período, *Cópia de uma carta que se escreveu de Portugal a um grande de Espanha como resposta a outra sua*, in *Brotéria*. Junho-Julho de 1930. Escrita em 25 de Fevereiro de 1756, é da autoria de Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, advogado da Casa da Suplicação, adversário de Sebastião de Carvalho e um dos implicados na «conspiração» contra ele (1756) que ficou conhecida pelo nome de Junta da Providência.

vamente interessadas no evoluir dos acontecimentos, ofereciam, num gesto tão solidário como político, importantes socorros materiais, altivamente recusados por Portugal no caso da França (e da Espanha, segundo alguns autores). Pelo contrário, os socorros ingleses, em valor então estimado em mais de um milhão de cruzados, foram aceites e bem-vindos.

A vaga de reflexão suscitada no estrangeiro pelo terramoto de Lisboa viria a produzir, entre as muitas outras, uma obra impressa em francês nos primeiros meses de 1756, intitulada *Relation historique du Tremblement de Terre survenu à Lisbonne le premier Novembre 1755 [...] précédée d'un Discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur, dans lequel l'Auteur développe les moyens que l'Angleterre avait mis jusque-là pour ruiner cette Monarchie* (18). O livro, de 216 páginas em formato pequeno, dizia-se impresso em Haia e não trazia indicação de autor nem de tipografia. A falta desta última, indicava uma oficina fantasiosa: *Chez Philanthrope, à la Vérité*. Trata-se de um libelo anti-inglês, em que se sugere a oportunidade, fornecida pelo terramoto, de Portugal se libertar da ruínosa dependência em que Inglaterra o haveria colocado. Esta libertação obter-se-ia, nomeadamente, por intermédio da França que, «dando a mão a Portugal», o faria «renascer das cinzas» — o que aparece já em contradição com a referida recusa de Portugal em aceitar uma importante oferta francesa de socorros.

O texto do *Discours politique*, que se segue ao Prefácio e ocupa as primeiras 180 páginas, constitui o miolo da obra, apesar de relegado para segundo plano no título do livro. Em apêndice, de páginas 181 a 216, segue-se a *Relation historique du Tremblement de Terre*, que é uma breve (e pouco valiosa) descrição dos prejuízos causados pelo terramoto, embora assinalada em primeiro lugar no título, certamente para chamar mais a atenção do público.

O imediato sucesso do livro parece comprovado pelo facto de pelo menos duas novas edições (19) se lhe terem seguido, sempre em 1756. Destas duas novas edições, uma apenas acrescentava uma errata e pouco mais. A outra — que me parece, pois, a terceira edição da obra — continha já várias diferenças importantes. No local de impressão, declarava-se feita à *Lisbonne* — o que se poderá entender como mera pro-

(18) Frontispício aqui reproduzido em anexo.

(19) É possível que ainda uma quarta edição se tenha feito nesse ano sob o título *Discours politique sur le commerce des anglais en Portugal*, Paris, 1756, conforme indica a *Nouvelle Biographie Générale* (Paris, 1857), embora se possa tratar de um mal-entendido.

vocação, aliada a uma cautela do autor, protegendo o seu anonimato ou precavendo-se contra protestos diplomáticos portugueses pela publicação do livro. Na minha opinião, com efeito, o livro terá realmente sido impresso em França (Avinhão ou Paris). No título, esta terceira edição de 1756 dava o merecido destaque ao *Discours politique*, que aparecia já em primeiro lugar, seguindo-se-lhe a relação sobre o terramoto. Enfim, o texto havia sido revisto e aumentado, incluindo pela primeira vez um ataque violento à Inquisição — entrando assim em flagrante mas voluntária contradição com a indicação de Lisboa como local de impressão do livro.

As três edições em francês de 1756, que acabo de referir, coincidiram *grosso modo* com o início da Guerra dos Sete Anos, marcado pela declaração de guerra (Maio) entre a Inglaterra e a França. No mesmo ano, Voltaire publicava o *Essai sur les mœurs*, aonde a dado passo afirmava: «É para a Inglaterra, com efeito, que os Portugueses têm trabalhado na América». Uma alusão ao ouro das minas do Brasil que ia afluindo a Inglaterra, compensando um comércio largamente excedentário com Portugal. Esta «sangria» do ouro vindo do Brasil constitui também um dos temas centrais do *Discours politique*, ilustrando a dependência a que os ingleses viriam sujeitando Portugal, para assim enriquecerem à custa da sua estagnação e empobrecimento.

Para o autor do *Discours politique*, o terramoto aparecia como um dado inesperado mas decisivo, verdadeiramente providencial para todos os países ameaçados pelo poderio britânico, mas também para Portugal, considerado vítima primeira da cobiça britânica apesar de aliado. Avaliando em 64 milhões de cruzados (25 600 contos de réis) as perdas inglesas causadas pelo terramoto de Lisboa — soma provavelmente muito exagerada — o autor afirma depois que esse prejuízo, agravado pela interrupção verificada no comércio anglo-português, teria causado a Inglaterra um atraso não recuperável antes de cem anos! Partindo de tão absurdo exagero, conclui em seguida que o terramoto havia diminuído radicalmente o poderio da Inglaterra, permitindo assim restabelecer-se o equilíbrio entre as nações da Europa. Sem esse auxílio do Céu, nenhuma potência adversária de Inglaterra estaria então em condições de conseguir tal resultado. Haveria porém que lançar mão do imprevisto acontecimento e tirar dele o máximo proveito, jogando até ao fim com o factor português nos prazos da balança europeia. «La France, surtout, a un plus grand intérêt d'entrer dans les vues de cet événement et de tendre la main à ce royaume [Portugal], abîmé moins par le fléau dont il a été frappé, que par son mauvais système politique,

et par là le faire renaître de ses cendres» (20). Como em todo o restante texto, o autor discorre e analisa segundo uma óptica francesa que não procura sequer dissimular. Não se podia ser mais claro; «La Cour de Versailles doit profiter de cet événement pour achever de tirer cette monarchie [Portugal] des mains des anglais» (21). No centro das suas preocupações, o destino futuro do ouro do Brasil: «Avec l'or que produisent les mines du Brésil, les Portugais peuvent facilement remédier à leurs calamités présentes; mais il faut empêcher que la plus grande partie de cet or ne passe dans les coffres des anglais» (22). Ou seja, era necessário que a França reclamasse, na sequência do terramoto, o seu quinhão no comércio de Portugal e na repartição do ouro do Brasil. A finalizar o *Discours politique*, o autor lança um alerta à Europa contra as intenções inglesas de fazer reverter a seu favor o desastre português: «Des avis secrets de Londres assurent qu'il y a un projet sur le tapis pour envoyer, du consentement du Portugal, une flotte anglaise au Brésil, sous prétexte que ce royaume depuis son malheur n'est point en état de quelque temps d'expédier les siennes» (23). Em suma, o *Discours politique* aparece desde já como um escrito panfletário oportuno, sustentando ostensivamente os interesses de França (e, subsidiariamente, os de outros países europeus) contra Inglaterra no começo de uma guerra envolvendo as principais potências, reflectindo pertinentemente sobre o papel e a importância de Portugal no evoluir imediato das relações de forças na Europa, tendo em conta as possíveis consequências do terramoto.

Para Portugal, o desastre do 1.º de Novembro do ano anterior não constituiria, segundo o autor, um acontecimento menos providencial que para França e outros adversários de Inglaterra. Todos os prejuízos portugueses seriam, com efeito, ligeiros ou fictícios: umas tantas pedras fora do sítio habitual; a morte de uns tantos vassallos ociosos (não teria havido, segundo o autor, nem artífices nem lavradores entre as vítimas); mercadorias pertencentes, na sua maioria, a estrangeiros; alguns móveis e bens pessoais perdidos no incêndio, etc. Portugal não teria a lamentar senão objectos de luxo que, «longe de serem causa da grandeza do Estado, eram, pelo contrário, a fonte da sua ruína». Que podiam significar tais perdas, comparadas com a oportunidade única de sacudir o jugo e a

(20) *Discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur* [...], 1756, 3.ª edição, p. 63.

(21) *Idem*, p. 64.

(22) *Idem*, p. 209.

(23) *Idem*, p. 175.

dependência inglesas? É clara a dupla sugestão que ressalta destas e doutras palavras do autor: a França devia puxar Portugal para a sua órbita, atraindo o rei D. José à união dos Bourbons (ou fazendo tudo o que coubesse no sentido de «arrancar Portugal às mãos dos Ingleses»); Portugal, por seu turno, teria o maior interesse em renunciar à sua amizade com Inglaterra e aproximar-se das monarquias dos Pirinéus, compreendendo que a sujeição económica inglesa a que se deixara submeter por receio do vizinho continental era bem mais negativa do que tinha sido a sua conquista pelas armas espanholas (24).

A parte mais extensa do seu *Discurso Político* emprega o autor na denúncia de 14 máximas económicas e políticas que, na sua opinião, haviam conduzido Portugal à ruína completa, em benefício da Inglaterra. «Enfeitiçados» durante quarenta anos por essas máximas destrutivas com que os ingleses os haviam persuadido e manipulado, os governantes portugueses tinham cegamente consentido na dissolução do seu Estado. A possibilidade existira, porém, de Portugal se emendar, destruindo o sistema que o sufocava e regressando às máximas contrárias, pelas quais se tinha regido não havia ainda sessenta anos, no reinado de D. Pedro II (25).

Na longa contestação das «14 máximas» — em que ficamos sem saber de onde estas provêm exactamente — não se pode dizer que o autor faça uma análise original ou profunda. A fragilidade ou evidente falsidade das máximas que o autor se propõe desmentir tornam, por assim dizer, o combate desigual. Ali se dilatam, por outro lado, as vulgares apreciações francesas sobre a «opressão» económica a que os ingleses sujeitavam os portugueses, não se dissimulando todavia o justo ciúme que à França causava o facto de ser a Inglaterra *sozinha* a «fruir socegradamente de todas as riquezas do Brasil» (26). Ali se encontra também a banal exposição das vantagens que Portugal lograria em criar manufacturas, sustentar-se pela sua própria agricultura, aumentar as suas forças de mar e terra,

(*) *Idem*, p. 70.

(*) *Idem*, pp. 76-77. Alusão à política externa de D. Pedro II (anterior à Guerra de Sucessão de Espanha) e à política de criação de manufacturas do 3.º Conde de Ericeira, no mesmo reinado. Foi nos últimos anos do reinado de D. Pedro II e no de D. João V que se acentuou a influência inglesa em Portugal.

(*) *Idem*, p. 56. O autor chega mesmo a afirmar que a França, logo após a descoberta do ouro do Brasil e em face da situação privilegiada da Inglaterra, *deveria ter declarado a guerra a Portugal* para impor uma repartição equitativa das riquezas brasileiras ou o encerramento das minas... (p. 57).

desprezar o luxo e as aparências entregando-se às tarefas criadoras da verdadeira riqueza, etc. O autor aproveita aí para fazer reluzir os seus conhecimentos teóricos de economia política, em cujas leituras devia ser medianamente assíduo, não obstante em várias questões se ficar pelas máximas mais correntes (como a de que a balança do ouro equivalia à balança do poder entre as nações europeias). Cita também grandes pensadores e políticos franceses dos séculos XVII e XVIII, com relevo para Montesquieu e Voltaire — cujas obras, como é sabido, viveram em Portugal na quase clandestinidade até ao século XIX, sob a censura inquisitorial e a da Real Mesa pombalina.

Além das considerações referidas, que a literatura francesa e europeia da época tornavam comparativamente banais, é inegável que o *Discurso Político* também contém observações denotando já alguma familiaridade com os problemas portugueses e outras, mesmo, em que se faz eco de opiniões correntes no Portugal dos meados do século XVIII. Portugal a que a Providência teria conduzido o autor uns anos antes, em 1752, segundo as suas próprias palavras no começo do livro. Ora esta circunstância e as que adiante se verão aumentam desde logo o interesse desta obra.

Seria ocioso tentar surpreender na argumentação do autor as posições de alguma das tendências ou facções políticas portuguesas da época. O *Discours politique* é, antes de tudo e sobretudo, um discurso francês. O que o autor pesquisa, estabelece e sublinha são os interesses do Estado francês. Os interesses de Portugal são subsidiários, preenchendo funções diversas no texto, segundo o nível de sinceridade. A sua principal função é a de tornar mais lógica a argumentação no seu conjunto. Outra é a de legitimar e respeitabilizar o interesse político e económico francês por Portugal. Em última análise, se os portugueses na sua cegueira não reconhecessem os seus próprios interesses,urgia abrir-lhes os olhos, impor-lhes a razão, declarar-lhes a guerra.

Sem dúvida que o *Discours politique* exprimia preferencialmente as opiniões e os desígnios do que nomeei «partido» franco-espanhol, entre as várias opiniões políticas portuguesas, mas mesmo nesse caso a identificação com o texto seria muito pouco provável, pelos motivos que acabei de referir. Aliás, desde as primeiras linhas do Prefácio se vão sucedendo os juízos fulminantes àcerca de Portugal, do povo português e do seu governo, em termos dificilmente imagináveis mesmo em opositoristas ou exilados portugueses, ultrapassando largamente o próprio teor das críticas do Cavaleiro de Oliveira, se bem que noutro género. Diz o autor do *Discours politique*

ter encontrado em Portugal «um povo entregue à superstição mais grosseira, uma nação cujos costumes a faziam semelhante aos bárbaros, um Estado governado por usos asiáticos, não tendo de europeu mais que o nome, de monarquia mais que a forma e de potência mais que a sombra» (27). Noutro passo os portugueses são comparados aos povos de África. Não é necessário provar que tais apreciações ainda menos poderiam ser aplaudidas na área do poder em Portugal, aonde Sebastião José de Carvalho pontificava desde 1750, em crescente valimento junto do rei. A ambos, rei e ministro, não deixa aliás o autor de beliscar pessoalmente, quase no termo do seu livro: «Esperava-se há muito um Colbert em Portugal, mas poderia nascer um tal génio nesta monarquia?» Dúvida maior ainda ia para o rei, a quem, e só a ele, competiria delinear as ideias mestras da governação, para o ministro as executar: «Ainda que nascesse um Colbert em Portugal, faltaria um Henrique IV».

Em resumo, o autor do *Discours politique*, cujo anonimato poderia deixar livre a suposição de se tratar de um português, encarregou-se ele próprio de afastar essa hipótese através do conteúdo do livro, se quiséssemos duvidar da sua própria afirmação em que implicitamente se confessa estrangeiro. É todo o texto que assume com naturalidade e desinibição a autoria francesa.

2. O autor e sua prévia estadia em Portugal

Foi há muito tempo identificado em França o autor do *Discours politique*. Trata-se de Ange Goudar, nascido cerca de 1720 em Montpellier, que entre 1748 e 1791 produziu uma vasta lista de obras versando principalmente temas de economia e política, mas incluindo também gramáticas, escritos sobre música, ballet, etc. (28). Sabe-se que viajou muito, tendo vivi-

(27) *Idem*, Prefácio.

(28) *Nouvelle Biographie Générale*, Paris, 1857, tomo 21.º, cols. 364-366, que por sua vez cita o *Examen Critique des Dictionnaires historiques*, de Barbier. Goudar ainda vivia em 1791, encontrando-se então em Paris na situação de «escritor indigente», como confessa numa carta sua existente na Biblioteca Nacional, Pombalina 614, fls. 377-378 (uma carta para o 2.º Marquês de Pombal, com quem anos antes travara conhecimento em Paris, pedindo-lhe dinheiro). De entre a multidão dos escritos de Goudar, destaco: *Nouveaux Motifs pour porter la France à rendre libre le commerce du Levant*, Avinhão, 1755; *Testament politique de M. Louis Mandrin*, Genebra (?), 1755, 7.ª ed. em 1756 (um best-seller, suscitado pela figura de Mandrin, falsário, contrabandista e chefe de uma quadrilha, condenado à roda e executado

do vários anos, em diferentes ocasiões, em Inglaterra, assim como em Nápoles. No princípio da década de 60 encontrava-se em Londres, já pela segunda vez, aonde se fez notar pelos seus escritos no conflito que opôs o Conde de Guerchy, embaixador de Luís XV, e o Cavaleiro d'Eon, agente diplomático do mesmo monarca — tendo tomado partido pelo primeiro, na esperança talvez de ser recompensado com um cargo diplomático naquela embaixada, o que não aconteceu. Aventureiro e escritor de estilo polémico, Goudar seria em 1774 expulso do reino de Nápoles, por se ter descoberto ser ele o autor de um livro intitulado *Naples: ce qu'il faut faire pour rendre ce pays florissant*, Amsterdão (aliás, Veneza), 1774, obra que foi apreendida e queimada. A maior parte das suas obras foram publicadas anonimamente, quando muito com a indicação de iniciais nem sempre correspondentes ao verdadeiro nome do autor. O local de impressão indicado nos seus livros também era com frequência falso. Uma obra sua do mesmo ano do livro sobre Portugal, 1756, intitulada *Les Intérêts de la France mal entendus, dans les branches de l'agriculture, des finances et du commerce* (Amsterdão?), foi reimpressa em 1761, incluída nuns pretensos *Discours politiques de David Hume*.

Dada a afirmação de Ange Goudar, no Prefácio do livro consagrado ao terramoto de Lisboa, de se ter deslocado a Portugal no ano de 1752, decidi-me a procurar eventuais pistas da sua estadia aqui. Com alguma sorte, o Arquivo dos Negócios Estrangeiros, na Torre do Tombo⁽²⁹⁾, e a Colecção Pomba-

em 1755); *Les intérêts de la France mal entendus, dans les branches de l'agriculture, des finances et du commerce*, Amsterdão (?), 1756; *Relation historique du tremblement de terre de Lisbonne [...]*, Haia (?), 1756; *L'Année politique, contenant l'état présent de l'Europe*, Avinhão, Paris, 1759; *La mort de Ricci, dernier général des jésuites, avec quelques réflexions générales sur l'extinction de la Société*, Amsterdão (aliás, Veneza), 1766; *L'Espion chinois, ou l'envoyé secret de la cour de Pékin pour examiner l'état présent de l'Europe, traduit du chinois*, Colónia (?), 1768-1774; *Naples: ce qu'il faut faire pour rendre ce pays florissant*, Amsterdão (aliás, Veneza), 1774; *Plan de réforme proposée aux cinq correcteurs de Venise actuellement en charge, avec un sermon évangélique pour élever la république dans la crainte de Dieu*, Amsterdão (aliás, Veneza), 1775; *L'Espion français à Londres, ou Observations critiques sur l'Angleterre et les Anglais*, Londres, 1779; *L'Autorité royale indépendante des parlements*, Paris (?), 1788.

(29) ANTT, MNE, caixa 33, maço 30, n.º 172. Carta de Ange Goudar, datada de Avinhão, 3 de Abril de 1757, sem indicação de destinatário, mas indubitavelmente endereçada a Sebastião José de Carvalho, como rapidamente se conclui pelo seu teor. A assinatura do autor da carta é, textualmente: D'Angé Goudar (vd. nota seguinte).

lina da Biblioteca Nacional ⁽³⁰⁾ forneceram-me diversas informações a seu respeito e sobre os motivos da sua vinda a Portugal, embora várias circunstâncias importantes fiquem ainda por esclarecer.

Goudar chegou a Lisboa não em 1752, mas sim em Julho de 1751, vindo de Londres, onde então se encontrava. O motivo da sua vinda é revelado com as suas próprias palavras: «Par le mémoire que je remis à Londres à Mr. Fidalgo, concernant la manufacture des mousselines et toiles de coton en rouge, j'eus ordre de me rendre à Lisbonne avec ma famille» ⁽³¹⁾. Em Londres, Goudar havia pois apresentado uma primeira memória ao enviado português, Joaquim José Fidalgo da Silveira ⁽³²⁾, contendo um plano para o estabelecimento em Portugal de uma manufatura de musselinas e chitas vermelhas. Goudar alegava possuir em exclusivo na Europa o segredo oriental para tingir de vermelho os referidos tecidos de algodão. Este segredo teria sido «arreatado» por Goudar aos «Orientais», após uma sua permanência de «vários anos» naquelas longínquas (e vagas) paragens, tendo feito «despesas infinitas» para o conseguir ⁽³³⁾. O fabrico em Portugal daqueles tecidos, cujo processo de pintura seria desconhecido dos países europeus que negociavam com Portugal, não só abasteceria o consumo interno e ultramarino como se prestaria ainda à exportação para os países que vulgarmente nos vendiam as suas mercadorias. A ideia agradava ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ⁽³⁴⁾, que comunicou a Londres «ordem» para Goudar embarcar para Portugal com a família. Partido por volta de 20 de Junho de 1751, Goudar encontrava-se já em Lisboa a 3 de Julho, acompanhado da família (segundo supponho, mulher e dois filhos, visto serem qua-

⁽³⁰⁾ Biblioteca Nacional, Coleção Pombalina, códice 693, fls. 40-44, 46-49 e 118-128. A carta existente no ANTT, citada na nota anterior, permite sem qualquer margem para dúvida a identificação do nome Pierre D'Angé, ou D'angé, ou Dangé, com que assina alguns documentos existentes neste códice da Col. Pombalina, como sendo Ange Goudar.

⁽³¹⁾ BN, docs. cits., fl. 118.

⁽³²⁾ Sucedeu naquele posto a António Freire de Andrade Encerabodes, que em Junho de 1750 foi enviado para Roma. Fidalgo da Silveira permaneceu em Londres até 1752, data em que foi substituído por D. Luís da Cunha Manuel.

⁽³³⁾ BN, docs, cits., fls. 125-128.

⁽³⁴⁾ Já nos seus escritos de 1741 Sebastião José de Carvalho defendia o princípio da compensação das importações com a exportação de produtos nacionais manufacturados, de preferência ao pagamento com ouro ou mesmo à exportação de «materiais crus», isto é, não trabalhados. Vd. *Relação dos Gravames*, ms. da Col. Pombalina, primeira reflexão, parágrafos 15-18.

tro no total), esperando instruções do governo para se iniciar o estabelecimento da dita manufactura.

Note-se que durante a sua estadia em Portugal, a avaliar pelos documentos que aqui deixou assinados, Goudar nunca usou o verdadeiro nome de família fazendo-se passar por Pierre D'Angé (ou Dangé, e até Danget) ⁽³⁵⁾. Não se pode considerar este nome inteiramente falso, dado que se tratou de promover o nome de baptismo (*Ange*) a nome de família, antecedendo-o da preposição *De*, em maiúscula. A razão deste aparente disfarce não a conheço, mas é lícito especular se não seria Goudar um agente francês, com a discreta missão de sondar os meios comerciais e governativos de Lisboa. Com efeito, no início do novo reinado já se suspeitavam ou aguardavam alterações mais ou menos profundas no panorama governativo, sendo natural uma certa ansiedade francesa no tocante à futura evolução das relações comerciais e da política externa de Portugal. Que motivos poderia ter Goudar para esconder a sua verdadeira identidade, se se tratasse realmente de um artifice empreendedor, atraído a Lisboa pela promessa de enriquecer trabalhando? Não sendo nem um artifice (seu pai, Simon Goudar, era um inspector-geral do Comércio em França) nem um enviado secreto, restaria considerar a hipótese de se tratar de um simples aventureiro por conta própria, pesquisando simultaneamente modos fáceis de enriquecer, assuntos para escrever livros (como a sua obra é quase toda anónima, aí teríamos uma razão para o disfarce do nome: a dupla protecção do anonimato) ou ainda tentando granjear méritos para aceder a qualquer cargo diplomático do seu país de origem. Uma alma gémea do Cavaleiro de Oliveira, seu contemporâneo e muito provavelmente seu conhecido em Londres. Se Goudar nunca foi um espião a soldo do governo francês sob Luís XV e Luís XVI, andou todavia sempre perto disso ou desejando sê-lo, como poderá avaliar-se quer pelos seus itinerários e aventuras, quer pelos assuntos versados preferencialmente no conjunto da sua obra. Provavelmente, um agente secreto do *Ancien Régime* nem teria tido de escrever tantos livros como Goudar (acima de 40 volumes) para se sustentar, nem viveria em Paris nos anos seguintes à Revolução de 1789, como ele vivia ⁽³⁶⁾. Da sua biografia também não consta que

⁽³⁵⁾ Vd. *supra* nota 30. A carta existente no ANTT, assinada D'Angé Goudar (vd. *supra* nota 29), termina com este *post-scriptum*: «Au cas que votre Excellence eut perdu de vue mon nom et qui je suis, je suis le même Danget que votre Excellence fit venir d'Angleterre pour quelque établissement de manufactures».

⁽³⁶⁾ Vd. *supra* nota 28.

tenha trabalhado por conta de nenhum governo. Inclino-me, por conseguinte, para a hipótese de se tratar de um escritor aventureiro, pesquisando por sua conta e risco, mas não excludo completamente que esse seu labor investigativo não fosse estranho àquela busca de informações de que os governos necessitam para se «orientarem nos seus projectos políticos» — para usar as palavras do próprio Goudar.

Chegado a Lisboa, Goudar seria submetido a uma longa expectativa. Três meses depois, em Outubro de 1751, continuava a esperar instruções, enquanto que as dívidas contraídas com a sua subsistência e a da família subiam já, segundo então declarou, a 96 moedas de ouro. Solicitou então o reembolso dessas despesas e a concessão de um estipêndio de 15 moedas de ouro por mês, enquanto se não passava ao trabalho de estabelecimento da manufactura⁽³⁷⁾. A 13 de Outubro eram-lhe concedidas as 96 moedas de ouro (460\$800 réis), «por ordem do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, para serviço de Sua Magestade»⁽³⁸⁾. Três meses depois eram-lhe concedidas por Decreto mais 45 moedas de ouro, de acordo com o seu pedido de ordenado mensal de 15 moedas⁽³⁹⁾.

O funcionário encarregado pelo ministro para tratar com Goudar encontrava-se com este na loja de um comerciante⁽⁴⁰⁾, possivelmente para não chamar atenções indesejadas para o «negócio». Com efeito, em 1751 eram ainda muitos e poderosos os adversários de Sebastião José, e o «negócio» em preparação envolveria certamente muitos interesses, nacionais e estrangeiros. Planeava (ou sonhava) o ministro que dentro de alguns anos Portugal pudesse tecer e tingir todos os tecidos de algodão e linho necessários para consumo interno e ultramarino e ainda para exportação europeia, quando esse ramo da indústria têxtil ainda nem sequer existia no país⁽⁴¹⁾. Não era, de resto, a primeira tentativa para o estabelecimento em Portugal do fabrico de panos de algodão e linho pintados,

⁽³⁷⁾ BN, docs. cits., fl. 118. Uma moeda de ouro valia 4\$800 réis.

⁽³⁸⁾ BN, docs. cits., fl. 121.

⁽³⁹⁾ BN, docs. cits., fl. 119.

⁽⁴⁰⁾ BN, docs. cits., fl. 122 recto e verso.

⁽⁴¹⁾ As primeiras manufacturas portuguesas de tecidos de algodão só viriam a ser criadas muito mais tarde, por alvará de 18 de Setembro de 1769 e licença de 2 de Abril de 1770, sendo proprietários respectivamente o italiano João Baptista Locatelli e o francês Claudio Rouillon (L. F. de Carvalho Dias, *Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra, 1955, p. 61).

como se pode concluir pelo exame de outro documento existente na Coleção Pombalina, relativo a 1745 (42).

Da continuação da estadia de Goudar em Portugal não pude apurar muitos outros detalhes com exactidão. Sei que em Outubro de 1751 procurou mostrar a sua gratidão pelo recebimento das 96 moedas ao colaborador do ministro com quem tratava mediante um presente de «dois pares de meias de seda», oferta que o funcionário rejeitou alegando o mero cumprimento do seu dever, ficando os bilhetes trocados entre os dois a respeito deste assunto arquivados entre os restantes documentos relativos à projectada manufactura. Deixou ainda Goudar escritas algumas «memórias», enunciando as vantagens teóricas do estabelecimento das manufacturas e descrevendo muito genericamente as medidas prévias a tomar para a sua fundação. Chegou inclusivamente a elaborar um «Estado geral das primeiras despesas para a manufactura de tecidos de algodão e linho», em francês e com a sua caligrafia, prevendo um investimento global de 100 000 cruzados no primeiro ano, para a montagem de 20 000 teares (!), incluídas as despesas com a vinda de 50 mestres estrangeiros de vários ofícios (12 da França, 12 da Alemanha, 12 da Inglaterra e o resto da Itália), respectivos salários, formação de aprendizes, ordenados dos administradores, inspectores, etc. Em cinco anos ou seis, afirmava Goudar, a indústria poderia atingir o seu grau de perfeição e proporcionar bons lucros ao Erário (43).

Que este teórico da criação de fábricas, pelo menos durante algum tempo, foi tomado a sério e ainda ultrapassado em entusiasmo pelos seus interlocutores é o que parece sugerir um novo documento, junto aos precedentes, intitulado «Plano em que se deve estabelecer a fábrica» (44). Este documento, redigido por algum colaborador de Sebastião José de Carvalho, planeava já a localização geográfica dos 20 000 teares que iriam constituir a base da «fábrica» — em sistema de produção doméstica, entenda-se. Assim, a vila de Pombal e seus

(42) Códice 693, fls. 1-3: trata-se da minuta de um privilégio a conceder a Serafim de Araújo Távora para o estabelecimento do fabrico de chitas, fulliês, zuartes, etc. Inicialmente a fábrica apenas pintaria panos brancos importados, mas obrigar-se-ia a fiar, tecer e branquear o algodão e o linho no prazo de vinte anos. O alvará realmente concedido aos requerentes, em 1745, difere muito desta minuta no respeitante aos privilégios, o que deve ter desencorajado o homem de negócios — não tendo tido qualquer seguimento este projecto. O alvará de 1745 foi publicado por J. Borges de Macedo, in *Problemas de História da Indústria...*, *op. cit.*, p. 297.

(43) BN, docs. cits., fl. 128.

(44) BN, docs. cits., fl. 44.

contornos suportaria 5 000 teares, bem como uma «fábrica» para «imprimir» (estampar) tecidos. A vila de Guimarães e seu termo era «capaz de 10 000 teares» e teria também fiação e branqueação. Em Arrifana de Sousa — que, duas décadas depois, em 1770, foi elevada a cidade, passando a chamar-se Penafiel ⁽⁴⁵⁾ — caberiam 5 000 teares. Por último, «ao pé de Coimbra, onde melhor bem parecer» instalar-se-iam 5 000 teares. Este plano levantava consideravelmente as cifras inicialmente previstas no «Estado geral» de Goudar. O investimento inicial passava assim de 100 000 cruzados para o dobro, prevendo-se a vinda já de 60 até 70 mestres estrangeiros (de Inglaterra, França, Irlanda, Dresda, Hanover ou Silézia e Itália). Para a encomenda e compra de panos brancos no Norte da Europa, assim como para mandar «por todo o Brasil» vir algodão em rama, seriam necessários mais 1 300 000 cruzados. Ao todo, sempre segundo o citado plano, milhão e meio de cruzados de despesa inicial, para pôr a «fábrica» a funcionar durante quatro anos, ou seja o prazo previsto para o privilégio de isenção de direitos de importação. Esses quatro anos eram simultaneamente o período previsto para preparar o integral abastecimento da fábrica em algodão em rama brasileiro e para começar a aperfeiçoar a fiação, tecelagem e branqueação desse material em Portugal. Durante os primeiros 20 anos a fábrica, de propriedade régia, seria concessionada a particulares. Apenas encontrei um parecer crítico desta «fábrica» entre toda a citada documentação, lembrando que Sua Magestade «daria de presente», nos quatro anos de isenção de direitos de importação, mais de dois milhões de cruzados, e isto «sem sombra de fábrica» ⁽⁴⁶⁾.

Num parênteses, impõe-se aqui a constatação de que o futuro Marquês de Pombal já desde o início da sua governa-

⁽⁴⁵⁾ Data dos primeiros anos da sua governação a especial atenção votada por Sebastião José de Carvalho a esta terra nortenha, embora os favores e honras que lhe concedeu mais tarde talvez possam explicar-se também como um «castigo» à cidade do Porto pelo motim de 1758. Além da elevação a cidade e mudança de nome, foi Penafiel honrada ainda com a sede de um novo bispado. A efêmera diocese de Penafiel (criada também em 1770), de que foi primeiro e último bispo Frei Inácio de S. Caetano, o confessor da futura D. Maria I, seria em 1778 novamente incorporada na diocese do Porto. Também indício da confiança de Sebastião de Carvalho é o facto de em 1756, quando o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real foi demitido e exilado para a distância de 40 léguas de Lisboa, ter sido Arrifana de Sousa o primeiro destino que lhe foi ordenado pelo ministro de D. José.

⁽⁴⁶⁾ BN, docs. Cits., fl. 40.

O Marquês de Pombal

ção pretendia começar a realizar um ambicioso projecto de industrialização, em absoluta coerência com as ideias nitidamente expressas nos seus escritos da enviatura em Londres (principalmente 1741). O projecto de grande envergadura atrás descrito — por ele directamente impulsionado — visando o estabelecimento de «fábricas» de tecidos de algodão e linho, ligava-se com o desenvolvimento das plantações de algodão no Brasil, que para breve se previa poderem fornecer toda a matéria prima necessária. Criação em Portugal de manufacturas transformadoras de matérias primas coloniais, venda dos produtos manufacturados para os domínios ultramarinos e, se possível, para os países europeus — eis uma boa parte do seu *programa* enunciado desde 1741, inspirado pela admiração que lhe merecia o sistema comercial, industrial e colonial inglês. A localização das «fábricas» em pequenos centros do interior buscava, por seu turno, a mão-de-obra abundante e barata, mas ainda relativamente fácil de instruir. Além disso, as quatro vilas citadas não se distanciavam excessivamente da costa e talvez fossem vantajosas também do ponto de vista de meios de comunicação para a circulação de mercadorias — o que eu suponho com base apenas num exame de mapas coevos. Enfim, os produtos escolhidos para serem manufacturados não eram artigos de luxo e contavam com um grande mercado potencial e exigiam, pela quantidade em que eram necessários, o emprego de muita gente que se arrancaria à inacção e à miséria, como Pombal imaginava já na *Relação dos Gravames*, em 1741. As especiais características dos produtos poderiam ainda torná-los exportáveis para a Europa — daí a vinda para Portugal de Goudar, como o seu suposto «segredo exclusivo» das musselinas e chitas vermelhas.

Talvez o projecto fosse megalómano e irrealista — sobretudo quando o imaginamos delineado ou dirigido por um duvidoso escritor e aventureiro francês, sem prática de indústria ou de negócios. Mas talvez razões de outra ordem tenham feito adiar ou perturbado definitivamente a prossecução do plano, já que bons administradores, mestres ou artistas se poderiam sempre arranjar no estrangeiro, embora não demasiado facilmente. A clarificação da luta pela liderança do governo, o terramoto, a participação forçada na Guerra dos Sete Anos terão provavelmente contribuído para o adiamento desta política de industrialização que, como vimos já, só arrancou realmente no final da década de 60, em circunstâncias muito condicionadas pela escassez de meios de pagamento das importações.

O «Discurso Político»

Não são, porém, de excluir eventuais pressões inglesas, entre 1750 e 1755, para sufocar as primeiras tentativas.

O rasto português de Ange Goudar perde-se em 1752. Terão os colaboradores de Sebastião José, ou o próprio ministro, concluído pela sua incompetência prática? Terá todo o projecto sido abandonado por razões alheias ao negócio e, consequentemente, Goudar sido despedido? Terá Goudar sido expulso do país por excessivamente curioso ou por ter suscitado qualquer desconfiança?

No máximo, o francês ter-se-á demorado por cá dois ou três anos. Em 1755 não se encontrava já em Portugal, tendo reatado a sua actividade como escritor em França, aonde nesse ano publicava dois livros. Consequentemente, não podia ter presenciado o terramoto do 1.º de Novembro, à cerca do qual publicaria no começo de 1756 uma *Relação*, em apêndice ao *Discurso Político*. Nessa descrição do terramoto, longínqua e impessoal — contrariamente ao que seria de esperar de alguém que tivesse vivido a catástrofe — Goudar não pretende sequer dar a impressão de ter sido testemunha presencial. Pelo contrário, refere-se expressamente aos «relatos que vieram de Lisboa» — não se sabe se directamente enviados para ele. No *Discurso Político* dará então desenvolvida (e livre) expressão a várias reflexões aqui deixadas nos planos e memórias apresentadas ao governo. A forma violenta como no seu livro ataca e responsabiliza os ingleses pelo atraso industrial português não estará directamente relacionada com o malogro da tentativa de estabelecimento de manufacturas de algodão, projecto em que destacadamente participou? Uma história que conta no seu livro, em que podemos acreditar ou não, terá possivelmente alguma semelhança com a história da sua própria experiência falhada em Portugal. Conta Goudar que um hábil ministro daquele rei (o Cardeal da Mota?) teria resolvido estabelecer manufacturas de tecidos de lã, tendo tomado todas as medidas preparatórias nesse sentido e vencido todos os obstáculos à realização da ideia. Porém, «dois mil guinéus dados oportunamente pelo governo inglês» — afirma Goudar sem precisar a quem tinha sido dado o dinheiro — frustraram o plano, saindo então vitoriosa a teoria de que o clima português era impróprio para o estabelecimento daquelas actividades. No seu caso — em que realmente desconheço o que se terá passado — talvez Goudar preferisse culpar a cobiça e a intriga niglesa a confessar a sua própria incapacidade.

3. Proibição pela Inquisição

O livro de Goudar penetrou rapidamente em Portugal, chegando também em pouco tempo ao Brasil (47). Pelos múltiplos motivos acima expostos, o *Discurso Político* não podia deixar de ter sido objecto de medidas persecutórias: Plenamente persuadido desse facto, parti à procura de uma referência ou do presumível texto proibitório. Em abono da verdade, a tarefa teria sido bastante ingrata se uma referência num livro do Dr. Joaquim de Carvalho me não tivesse lançado na pista provável, dada a inexistência de listas completas dos livros proibidos no século XVIII até à criação da Real Mesa Censória, em 1768. Ora nesta última data já o *Discurso Político* havia sido publicado há 12 anos (48). Até 1768, a censura era exercida pelo Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição (que, evidentemente, designava os seus qualificadores), ou ainda, adicionalmente, pela autoridade eclesiástica na sua diocese (o chamado Ordinário) e pelo Desembargo do Paco. Não existe ainda actualmente uma relação dos editais de livros proibidos emanados pela Inquisição no referido período do século XVIII, quando era essa a censura predominante. Um tanto incompreensivelmente, também, a censura do período pombalino tem até hoje sido estudada, quase que exclusivamente, só a partir da instituição da Real Mesa Censória — quando já haviam decorrido 18 anos do reinado de D. José, restando então apenas 9 anos até à morte do monarca e afastamento do seu ministro (49).

Acabei por encontrar a proibição cuja existência presumia na cópia de um edital do Conselho Geral do Santo Ofício de 8 de Outubro de 1756, que chamara a minha atenção preci-

(47) Existe na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa uma tradução portuguesa do *Discours politique* (ms. série azul, n.º 1908), privada do Prefácio e do apêndice sobre os prejuízos do terramoto, acompanhada de uma carta autógrafa do tradutor, rubricada e datada do Rio de Janeiro, a 25 de Maio de 1757. Esta tradução foi posteriormente muitas vezes copiada, como se pode verificar pelo confronto com numerosos manuscritos existentes em vários arquivos e bibliotecas.

(48) Adiante veremos que a Real Mesa Censória também teve que se pronunciar sobre esta obra em Agosto de 1777, ou seja, já no reinado de D. Maria I.

(49) Vejam-se J. Timóteo da Silva Bastos, *História da Censura Intelectual em Portugal*, Coimbra, 1926; António Ferrão, *A Censura Literária durante o Governo Pombalino*, sep. do *Bol. da Segunda Classe da Acad. das Ciências de Lisboa*, Coimbra, 1927; M. A. Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional*, Coimbra, 1964.

samente pela sua data ⁽⁶⁰⁾. Na parte ainda inédita deste edital — apenas conhecido pela primeira parte, em que se proíbe o *Discurso Patético* do Cavaleiro de Oliveira — lê-se o seguinte: «[Nós, os do Conselho Geral do Santo Officio] fomos também informados que nesta cidade se tinha introduzido um livrinho em 8.º, impresso na língua francesa, em Haia, neste presente ano de 1756, e tem por título: *Relation Historique du Tremblement de Terre survenu à Lisbonne le premier Novembre 1755* etc. ⁽⁶¹⁾, o qual é principalmente sedicioso, amotinador e perturbador da paz e união entre a Nação Portuguesa e outras da Europa. É juntamente um libelo famoso ⁽⁶²⁾, injurioso e infamatório da mesma Nação, porque a trata com expressões cheias de muitas injúrias e desprezos, e é também escandaloso pelos vícios e maus hábitos que imputa à dita Nação, de quem diz que conserva os costumes dos mouros ⁽⁶³⁾ e outras semelhantes injúrias». No final do documento, as proibições, intimações e enumeração de penas habituais contra os leitores e possuidores de livros interditos — tudo de forma igual que para o *Discurso Patético* do Cavaleiro de Oliveira (outro curioso laço entre as duas «almas gémeas»). Duma só cajadada, atingiam-se dois inimigos da ordem religiosa e política portuguesa: o herege português passado para as hostes do culto anglicano, cujos escritos eram apadrinhados e subsidiados em Inglaterra e, por outro lado, o anónimo autor do «sedicioso e amotinador» libelo anti-inglês.

Obediente já à mão de Sebastião José de Carvalho, o Santo Officio fazia, no caso do livro de Goudar, censura *régia*, isto é, censura de Estado, censura política. Sob o comando «regalista» de Sebastião José, e desde muito cedo, tudo se vergava à supremacia do poder real, veiculada pela autoridade do

⁽⁶⁰⁾ A cópia deste edital, talvez peça única, encontra-se na secção de manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, códice 497, fls. 147-148. O documento fora já parcialmente divulgado, apenas na parte respeitante ao Cavaleiro de Oliveira, pelo Dr. Joaquim de Carvalho, em *Discours Pathétique [...] par le Chevalier d'Oliveyra* — Nova edição seguida duma noticia bibliográfica, Coimbra, 1922, *supra* capítulo 1).

⁽⁶¹⁾ Trata-se, pois, da 1.ª ou 2.ª edição do *Discours politique* (*vd. supra* capítulo 1).

⁽⁶²⁾ Libelo famoso = libelo difamatório.

⁽⁶³⁾ Como Goudar não disse tal, os *mouros* aparecem aqui, a meu ver, apenas para dar à proibição uma molécula de carácter religioso. Nada nas duas primeiras edições do livro poderia servir de pretexto aos inquisidores para acusarem o autor de irreligião.

governo. Eis porque me parece errado atribuir exclusivamente à criação da Real Mesa Censória, na fase quase final do governo pombalino, a mudança na orientação da censura em Portugal. Na realidade, Sebastião José de Carvalho servira-se da Inquisição (e da censura) desde a década de 50, vindo mesmo a colocá-la sob a sua tutela directa⁽⁵⁴⁾. Dois dos deputados do Conselho Geral do Santo Ofício que assinaram o edital proibitivo dos livros de Oliveira e Goudar, em 1756, assinariam também o assento da Inquisição entregando o jesuíta Malagrida à fogueira da justiça secular, em 1761.

No final do ano de 1756, publica ainda Goudar a 3.^a edição do *Discurso Político* (vd. *supra*, cap. 1), supostamente impressa à *Lisbonne*, conservando o anonimato do autor, e com o seguinte acrescento final, no apêndice sobre os prejuízos do terramoto: «Le bâtiment de l'Inquisition a été renversé [pelo terramoto]; il serait à souhaiter qu'il ne restât plus aucun vestige de cet affreux tribunal. L'Inquisition a causé plus de dommage au Portugal que tous les tremblements de terre. C'est l'Inquisition qui étouffe l'industrie, qui arrête les progrès de sciences et qui met obstacle à la population. [...] Mon zèle pour les intérêts d'une nation malheureuse m'a suggéré toutes ces réflexions en faveur des Portugais. Quelle en serait la récompense, si j'étais à Lisbonne? Je le demande aux inquisiteurs». Só compreendo este acrescento, numa obra cujas prévias edições não continham uma só palavra contra a religião ou a Igreja portuguesa, como a resposta imediata e provocatória de Goudar à condenação do seu livro pela Inquisição. Aliás, a condenação aumentava também a publicidade do livro, quer no estrangeiro quer em Portugal.

(⁵⁴) Sebastião José de Carvalho e Melo foi admitido como familiar do Santo Ofício em 1738, imediatamente antes de partir para Londres como enviado extraordinário de Portugal. Era sobrinho-neto de um qualificador do Santo Ofício e filho, sobrinho, neto paterno, irmão, pai e sogro de familiares do Santo Ofício. Seu irmão Paulo de Carvalho e Mendonça, foi feito deputado do Conselho Geral do Santo Ofício em 1759, e de 1760 até à morte, em 1770, desempenhou *de facto* as funções de Inquisidor-Geral, na vacatura deste cargo. Pombal serviu-se da Inquisição nomeadamente na luta contra os jesuítas (expulsos em 1759). Dotou o Santo Ofício de um novo Regimento (1774), o qual continuou a incluir os Autos da Fé e os «tormentos». Por alvará régio de Maio de 1769, a Inquisição recebia o carácter de tribunal régio (que já era na prática), sendo ordenado então que se lhe desse o tratamento de *Magestade*. (Veja-se Jordão de Freitas, *O Marquês de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição*, Lisboa, 1916).

4. *Uma carta misteriosa de Goudar para Sebastião José de Carvalho*

Alguns meses depois da condenação do livro pela Inquisição, em Abril de 1757, Ange Goudar escreveu de Avinhão uma enigmática carta para Sebastião José de Carvalho⁽⁵⁵⁾. Identificava-se nessa missiva, assinada por «D'Angé Goudar», como aquele *Danget* que o ministro chamara de Londres a Lisboa em 1751, para o estabelecimento de manufacturas. O pretendido objectivo da sua carta era alertar o governante português para um desconhecido que tencionava envenená-lo. O anónimo envenenador — conta a carta — teria abordado Goudar em Avinhão, falando com sotaque português e afirmando conhecê-lo de vista das ruas de Lisboa. Depois de, a pedido do francês, lhe ter dado detalhes sobre o terramoto, o suposto personagem teria começado a falar contra o governo português, elogiando em contrapartida um anterior secretário de Estado de D. José que havia sido recentemente demitido e desterrado⁽⁵⁶⁾. Teria depois revelado ao francês os planos que haveria em Portugal para assassinar Sebastião José de Carvalho e provocar uma grande alteração no governo. Em seguida, o desconhecido teria inquirido Goudar sobre o modo de adquirir no local um veneno «bem subtil», para entrar na composição de um medicamento, razão pela qual se teria deslocado de Portugal até àquela região do Sul de Franca, célebre pelos seus boticários. Goudar suspeitou... Vinha pois chamar a atenção de Sebastião de Carvalho, por quem conservava muita afeição, e lembrar-lhe as precauções a tomar contra o possível conspirador, inclusive no manuseamento da correspondência os seus préstimos para localizar e desmascarar o envenenada com um veneno «muito subtil». Por fim, o francês oferecia os seus préstimos para localizar e desmarcar o envenenador, se fosse caso disso.

Sem excluir de todas as hipóteses, esta carta de Goudar parece-me uma imaginosa mas ingénua tentativa de demonstrar a sua lealdade a Sebastião José e, por essa via, iludir quaisquer desconfianças que o ministro português tivesse a

⁽⁵⁵⁾ Vd. *supra* notas 29, 30 e 35.

⁽⁵⁶⁾ Alusão a Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de Estado da Marinha e Ultramar desde 1750, que Sebastião José de Carvalho conseguiu enviar para o degredo em 1756. Muito mais tarde, numa carta a seu filho datada de 4 de Março de 1778, o deposto Pombal acusaria Diogo de Mendonça, então já falecido, de ter conduzido uma política «castelhana» (*Cartas do Marquês de Pombal — 1777-1780, op. cit.*, pp. 43-46).

seu respeito, nomeadamente no tocante à autoria do *Discurso Político*. Talvez menos por temer alguma represália do governo português (vai dizendo, na carta a Sebastião José, que renunciara para sempre a voltar a Portugal...) do que por temer não poder voltar a Inglaterra, aonde pelas mesmas razões lhe interessava manter o segredo da autoria do seu livro.

Numa outra encenação desta história, a meu ver menos provável, Goudar poderia ter sido realmente abordado por um português em Avinhão, conforme relata na sua carta. Haveria nesse caso que encarar várias hipóteses acerca do português desconhecido: poderia tratar-se de um espião enviado pelo ministro de D. José ou, pelo contrário, de um autêntico conspirador tal qual é descrito na carta, etc. De qualquer maneira, esta enigmática carta permitiu-me conhecer, a partir da identificação Dangé = Goudar, o motivo da sua vinda em 1751 a Portugal e, daí em diante, os detalhes da sua estadia neste país.

5. Ao serviço de Espanha

Alguns anos depois, em 1762, as tronas espanholas entraram em Portugal. Os monarcas da casa de Bourbon, Luís XV de França e Carlos III de Espanha, encontravam-se ligados pelo inicialmente secreto Pacto de Família (1761) e vinculados pela convenção de 12 de Fevereiro de 1762, firmada respectivamente pelo Duque de Choiseul e pelo Marquês de Grimaldi, em que se estabelecia a dado passo a necessidade de persuadir Portugal a juntar-se àquelas duas coroas na luta contra Inglaterra. Entrava-se então na fase final da Guerra dos Sete Anos. Apoiada pois pela França, a Espanha vinha tentar deslizar pela força Portugal da aliança que este mantinha com Inglaterra, já que todos os esforços de persuasão entretanto desenvolvidos haviam sido firmemente repelidos pelo rei D. José e o seu governo. Portugal insistia em manter-se fora do conflito europeu (no que Goudar também achara motivo de crítica, no seu *Discurso Político*), mas Luís XV e Carlos III viam nesta neutralidade um alinhamento efectivo pela Inglaterra. Em França — escreveu o Marquês de Pombal após a sua saída do governo — desde Luís XIV se acreditava que um meio seguro de arruinar o poderio inglês consistiria em subtrair-lhe os portos e o comércio de Portugal. Sem o ouro proveniente do seu comércio excedentário, Inglaterra não estaria em condições de financiar guerras e comprar aliados — escreveu, por seu turno, Goudar.

Simultaneamente com a invasão de Portugal (princípios de Maio), a corte de Madrid decidiu publicar vários documentos e manifestos que a seu ver legitimavam a acção militar. Primeiramente, um livrinho intitulado: *Razon de entrar en Portugal las Tropas Españolas como Amigas, y sin-razon de recibirlas como Enemigas: Manifiesto, reducido a las Memorias presentadas de Parte à Parte, Año de 1762, De orden del Rey nuestro Señor, en Madrid, En la Imprenta de la Gaceta* ⁽⁵⁷⁾. Este livrinho contém a colecção de memórias apresentadas ao governo de D. José pelo embaixador espanhol Torrero e pelo ministro plenipotenciário francês O'Dunne, acompanhadas das respectivas respostas do governo português, assinadas pelo secretário de Estado D. Luís da Cunha Manuel. A «imparcialidade» deste curioso livro, cujo título o transformava num manifesto pró-espanhol, fez com que o governo português reagisse publicando imediatamente a mesma colecção de memórias, debaixo do título rigorosamente posto: *Sem razão de entrarem em Portugal as tropas Castelhanas como amigas, E razão de serem recebidas como inimigas. Manifesto reduzido às Memórias presentadas de parte a parte. Anno de 1762. Impreso em Madrid De ordem daquela Corte Nas duas linguas Portuguesa e Castelhana, e Reimpresso em Lisboa Na lingua Portuguesa* ⁽⁵⁸⁾.

Por esta mesma altura, publicou-se em Espanha um outro livro, intitulado: *Profecia política, Verificada en lo que està sucediendo à los Portugueses por su ciega aficion à los Ingleses: Hecha luego despues del terremoto del año de 1755. Año de 1762. Con licencia del Rey nuestro Señor. En Madrid, en la Imprenta de la Gaceta* ⁽⁵⁹⁾. No interior, o que se encontra é uma versão espanhola do *Discurso Político* de Goudar, com algumas alterações de circunstância ⁽⁶⁰⁾, seguido em apêndice da mesma relação dos efeitos do terramoto, abreviada. O livro inclui um «aviso do impressor espanhol» em que significativamente se considera o *Discurso Político* uma boa demonstração das razões invocadas pelo governo espanhol num manifesto pouco antes mandado publicar pela corte de Madrid (que é o livro acima indicado). A tradução da obra de Goudar, com ou

⁽⁵⁷⁾ Frontispício aqui reproduzido em anexo.

⁽⁵⁸⁾ Frontispício aqui reproduzido em anexo.

⁽⁵⁹⁾ Frontispício aqui reproduzido em anexo.

⁽⁶⁰⁾ Como a tradução foi feita a partir da 3.^a edição francesa de 1756, uma das principais alterações introduzidas por esta edição madri-lena foi a supressão da parte final, em que o autor atacava violentamente a Inquisição.

sem o conhecimento do autor, tinha sido julgada oportuna, para fins óbvios de autojustificação e propaganda.

Com o eficaz, embora demorado, auxílio inglês e o comando militar do Conde reinante de Schaumburg-Lippe, vindo para Portugal a solicitação do rei britânico, a invasão espanhola foi repelida. Em 1763, enfim, era assinada a paz entre todas as potências beligerantes pelo Tratado de Paris, que nomeadamente obrigava os espanhóis à devolução dos territórios sul-americanos ocupados, pertencentes à coroa portuguesa. Mas em 1764 chegavam a Lisboa notícias de novas hostilidades espanholas contra esses territórios (Colónia do Sacramento, Rio Grande do Sul). Data de esta altura um escrito mandado fazer, corrigido e anotado pelo punho do então Conde de Oeiras, existente na Biblioteca Nacional⁽⁶¹⁾. É um dos raríssimos documentos, segundo penso, em que Sebastião José de Carvalho se refere ao *Discurso Político* — chamando-lhe embora *Profecia Política*, que era o título da edição espanhola de 1762. Passo a transcrever textualmente um passo deste escrito — até hoje inédito e desconhecido pelo menos em Portugal — a partir do seu 4.º parágrafo: «4. No systema das clandestinas e (no seu tempo) secretissimas confederação e união estabelecidas contra a Grão Bretanha pelo Pacto de Família, assignado em Pariz no dia 15 e logo depois ratificado em Madrid no dia 25 de Agosto de 1761, se manifestou poucos mezes depois que [havia a ideya] de não só fazer apartar Portugal da antiga e importante Alliança que conservava com Inglaterra havia mais de hum seculo [com reciproco interesse e mutua satisfação de ambas as Nações]; mas tão-bem que o meyo que se pertendeo applicar a este fim consistio em se pintarem os Inglezes ao mesmo Portugal com taes cores, que os fizessem odiozos e insupportaveis oppressores na movida e agitada imaginação dos Povos Portuguezes. 5. Assim o manifestou a todo o publico da Europa o libello famoso impresso e publicado em Madrid [para se introduzir e espalhar pelas suas fronteiras] no principio do anno de 1762, com o titulo de = Profecia Política verificada en lo que está sucediendo à los Portugueses por su ciega aficion à los Inglezes = . 6. Libello que bem desempe-

(61) BN, Col. Pombalina, cód. 636, fls. 3-4, 70, 71, 77-80. É um rascunho, aparentemente inacabado, de um texto destinado à publicação no periódico inglês *London Chronicle* como sendo da autoria de um cidadão britânico anónimo, «retirado no campo» e «amante da verdade». Este texto procurava fazer ver ao governo inglês a razão que assistia aos portugueses no conflito sul-americano com Espanha, reagindo também à campanha de intrigas levada a cabo pelos espanhóis em Londres, com o fim de indispor os ingleses contra Portugal. Não sei se este texto chegou a ser publicado no dito periódico londrino.

nhou este sediciozo titulo e bem fez ver que os objectos com que se escreveo foi o de denegrir ambas a sNações (Portugueza e Ingleza) e o de fazer a segunda dellas horrorosa e insupportavel à primeira» (etc.) (62).

Doze anos depois, num documento apresentado em 1776 pelo embaixador português em Londres, Luís Pinto de Sousa, ao governo britânico, possivelmente redigido pelo Marquês de Pombal (63), diz-se a certa altura, numa referência ao conflito luso-espanhol da década anterior (que ainda se prolongava): «O Marquês de Grimaldi [ministro de Carlos III de Espanha] e os jesuítas seus associados fizeram divulgar em Lisboa e no Porto um libelo difamatório, intitulado *Profecia Política*, no qual se tratava de persuadir que os ingleses oprimiam os portugueses e os tratavam como escravos [...]» Além da afirmação de que os jesuítas teriam colaborado na divulgação da tradução espanhola do *Discurso Político* — não havia nada de que Pombal não acusasse a Sociedade de Jesus — é de ressaltar aqui a alusão à divulgação do texto nas duas principais cidades portuguesas. O *Discurso Político* foi certamente um dos textos de referência da oposição a Pombal durante o seu governo, texto cuja importância lhe é conferida tanto pelas ideias que exprimia como pela considerável divulgação que teve entre os leitores portugueses. Além da entrada clandestina no país e ultramar das edições francesas e espanholas (parece que houve também uma edição mexicana), o *Discurso Político* circulou também em cópias manuscritas, muito numerosas a avaliar pela quantidade invulgar hoje existente em muitas bibliotecas e arquivos portugueses.

6. Proibição e ordem de sequestro pela Real Mesa Censória

Depois da proibição inquisitorial de 1756, o livro de Ange Goudar voltará ao exame da censura em Agosto de 1777, no princípio do reinado de D. Maria I, com Pombal já no exílio. Por ordem da rainha, datada de Junho desse ano, o deputado da Real Mesa Censória Frei Joaquim de Sant'Ana e Silva (para esse cargo nomeado por Pombal em 1768) examinou e emitiu parecer sobre a 3.^a edição francesa de 1756 do *Discours politique*, que se declarava impressa em Lisboa. O censor foi de opi-

(62) Entre parênteses rectos transcrevo fragmentos abandonados do primeiro para o segundo rascunho ou riscados.

(63) *Compêndio analítico das negociações entre as cortes de Lisboa e Madrid desde 1759 até ao fim do ano de 1775*. O resumo deste documento encontra-se no *Quadro Elementar*, 18.º vol., pp. 393 e segs.

nião que se proibisse de correr a obra e que, para «castigo do atrevimento de se assinar nele Lisboa como lugar de impressão, fiquem sequestrados todos os seus exemplares; e que em diante se sequestrarem todos os que vierem à Casa da Revisão deste Tribunal» (64). A censura começa por declarar falso ter sido o *Discours politique* impresso em Lisboa, não só por não ostentar as indispensáveis licenças prévias, mas sobretudo porque «nem nesta Corte nem em outra qualquer parte do Reino se permitiria o estampar-se um livro que é uma sátira famosa à Nação Portuguesa. Nele se diz que os Portugueses fazem uma Nação entregue à mais grosseira superstição; que nos costumes se parecem com os bárbaros; que é um Estado governado pelos costumes asiáticos; não tendo de Europeu mais que o nome; não tendo de Monarquia mais que a forma; não tendo de Poder mais que a sombra. Todo o empenho do autor (que é anónimo) é querer persuadir que os Portugueses estão oprimidos e dominados pelos Ingleses, os quais são os verdadeiros senhores de toda a riqueza deste Reino e suas conquistas [...]; que Portugal, tendo sacudido o jugo de Espanha, se tinha sujeitado a outro maior, que é o de Inglaterra [...] Pretendendo por fim o autor deste livro que Portugal se livre e não consinta sobre si a que ele chama dominação e opressão inglesa». A finalizar, o censor adverte que também a relação sobre os efeitos do terramoto, apensa ao livro, está «cheia de muitas e evidentes falsidades». Esta última afirmação não é a menos interessante do censor, pois que da fundamental obra de F. L. Pereira de Sousa sobre o terramoto de 1755 até à *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, de José Augusto França, se tem recorrido frequentemente a esta relação do desastre, escrita por Goudar a muitíssimas milhas de Lisboa, com base provavelmente em informações de segunda mão — se as não recebeu directamente de Lisboa.

Normalmente, o exame pela Mesa Censória era suscitado por requisições de mercadores de livros, impressores ou livreiros interessados na venda, impressão ou edição de qualquer obra, tendo obrigatoriamente de solicitar a licença da Mesa. Outras vezes eram denúncias que ocasionavam o exame. No caso aqui em questão, tratava-se de uma simples ordem, sem outro esclarecimento, comunicada ao censor pelo presidente da Mesa nestes termos: «Manda a Rainha Nossa Senhora...», etc. Terá algum livreiro tentado aproveitar o clima de mudança política da «Viradeira» para lançar no mercado o *Discurso Político*? É o que se pode depreender das palavras do censor

(64) ANTT, Mesa Censória, censuras, 1777, n.º 65.

Frei Joaquim, que na sua censura incluía a proposta de que ficassem «sequestrados todos os seus exemplares», deixando assim entender que se tratava de um lote e não de um só exemplar. Em todo o caso, não deixaria de ser estranha essa tentativa de venda, dado o conteúdo do livro, rebarbativo mesmo para os sucessores de Pombal no poder, bem como o facto de a edição aqui em causa, a terceira, incluir em acréscimo um violento ataque à Inquisição. De realçar também a circunstância de Frei Joaquim de Sant'Ana não se referir na sua censura ao trecho que investe contra a Inquisição portuguesa. Não terá reparado nas últimas linhas do livro?

7. Ao serviço de Napoleão

Para que a História volte a confirmar a já evidente vocação do *Discurso Político*, será necessário esperar até 1808, data em que vão surgir duas novas edições, uma em espanhol outra em português. Foi a edição portuguesa traduzida da espanhola, mantendo-se o título da versão madrilena de 1762, ou seja: *Profecia Política, verificada no que está sucedendo aos Portugueses pela sua cega afeição aos Ingleses, escrita depois do terremoto de 1755, etc.*⁽⁶⁵⁾, impressa na tipografia Rollandiana, de Lisboa. Como no passado, a obra permanecia anónima. Os objectivos da reedição, agora pela primeira vez em português, são praticamente os mesmos que em 1762: propaganda de legitimação da invasão de Portugal. Desta vez pelos franceses, mas ainda em convivência com os espanhóis. Segundo um ajuste secreto entre a França de Napoleão e a Espanha de Carlos IV, Portugal e os seus domínios deveriam ser repartidos entre aqueles dois países, dada a reiterada recusa portuguesa de entrar em guerra contra a Inglaterra e de fechar os portos à navegação deste país. O impressor lisboeta sobre quem recaiu o fabrico do livro foi o francês Rolland, um adepto da Revolução Francesa. A iniciativa da edição, todavia, pode ter sido das forças invasoras.

8. Criação do mito

Após a Revolução de 1820, a propaganda liberal vai executar a delicada operação que consistiu em recuperar para a sua causa nada menos que o símbolo vivo do «despotismo es-

(65) Frontispício aqui reproduzido em anexo. Esta edição encontra-se integralmente reproduzida em Armando Castro, *A Dominação Inglesa em Portugal*, Porto, 1972, 2.^a ed. 1979.

clarecido» e do fortalecimento do poder real, o Marquês de Pombal. Manuel Fernandes Tomás faria nas Cortes um elogio ditirâmico da figura do Marquês. Muito mais tarde seriam os republicanos a apropriarem-se do ministro de D. José para fins propagandísticos, tendo-o mesmo colocado à cabeça de uma galeria de notabilidades republicanas.

Ora em 1820, um livreiro liberal de nome Desidério Marques Leão resolveu editar umas obras escolhidas do Marquês de Pombal. Para esse efeito, terá ele próprio reunido um montão de cartas, avisos, decretos, alvarás, instruções, apologias e vários outros escritos, formando um conjunto indigesto, absolutamente desarrumado e sem critério⁽⁶⁶⁾. O livreiro Desidério Leão — que no ano seguinte, em 1821, abriria também tipografia por conta própria — entregou então o duvidoso amontoado para impressão à Tipografia Morandiana, de João Baptista Morando (outro vintista⁽⁶⁷⁾, suponho que de origem francesa). O produto enfim lançado no mercado intitulou-se *Cartas e outras Obras Selectas do Marquês de Pombal*. Diz Inocêncio que saíram desta obra, sucessivamente, 5 tomos do mesmo formato, e que alguns «foram reimpressos em diversos anos e oficinas»⁽⁶⁸⁾. Segundo consegui apurar, as *Cartas e outras Obras Selectas* terão tido cinco edições: 1820, 1822, 1833, 1848-49 e 1861, sendo esta última apenas em dois tomos, de maior formato. Pois entre as supostas obras selectas de Sebastião José de Carvalho lá se encontra o *Discurso Político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terramoto de 1755!* Com a lacónica explicação prévia de que o manuscrito, pretensamente assinado pelo punho do Marquês, «estava na livraria do erudito desembargador Gamboa no ano de 1783». Significativamente, o escrito aparece desembaraçado do Prefácio, presente em todas as edições anteriores do *Discurso Político* (inclusive a portuguesa de 1808), e no qual Goudar referia ter visitado Portugal em 1752 e fazia algumas observações chocantes sobre o povo, costumes e governo portugueses. Misteriosamente evaporada, também, a relação do terramoto que sempre lhe andou apensa. Além disso, o texto — que segue em geral textualmente uma tradu-

(66) Inocêncio, no *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo VII, p. 215, atribui ao livreiro Desidério Leão a iniciativa da edição e recolla das peças que a constituem. Não é porém de excluir que a responsabilidade da selecção dos textos coubesse a outrem.

(67) Morando editou ou imprimiu vários jornais a favor da Revolução de 1820, nesse ano e em 1821: *A Voz da Razão*, *O Liberal*, *O Patriota*, *O Pregoeiro Lusitano*.

(68) *Op. cit.*, p. 215.

ção do francês para o português feita em 1757, atrás já mencionada⁽⁶⁹⁾, mas adulterando-a em vários pontos — contém uma série de pequenas alterações deliberadamente cometidas por quem quis persuadir os leitores de que o *Discurso Político* não era obra estrangeira nem havia sido escrita fora de Portugal. Quando o original e a tradução portuguesa manuscrita de 1757 referem «Portugal», as *Obras Selectas* dizem «neste país» ou «neste reino». Os erros de História de Portugal cometidos por Goudar aparecem todos corrigidos nas *Obras Selectas*, com frases inteiras reescritas e outras até acrescentadas⁽⁷⁰⁾. A «assinatura» final do Marquês de Pombal completa o quadro.

Não sei quando terá sido cometida a fraude e quem seria, exactamente, o seu autor: se o livreiro Desidério Leão, se o hipotético desembargador Gamboa que possuía o manuscrito «autógrafo», se alguma figura liberal destacada, etc. Um *Obras do Marquês de Pombal* manuscritas, indatadas, existentes no Arquivo da Torre do Tombo⁽⁷¹⁾, também incluem o *Discurso Político*, mas é impossível apurar, dada a sua característica caligrafia, se a compilação é anterior ou posterior a 1820. O que é certo é que a falsa atribuição se integra perfeitamente na conjuntura anti-inglesa da época revolucionária vintista e na apropriação então verificada do Marquês de Pombal para fins de propaganda liberal.

O editor das *Cartas e outras Obras Selectas* de 1861 (5.ª e última edição), o livreiro Borel, disse que as quatro edições anteriores «se consumiram com uma rapidez espantosa». À mesma velocidade alastrou a reputação de um Pombal inimigo dos ingleses.

9. Carreira de uma falsa autoria em 160 anos

Em 1843, John Smith, secretário privado e, mais tarde, cunhado do Marechal Duque de Saldanha (este último um neto materno de Sebastião José de Carvalho), publica em Inglaterra as *Memórias do Marquês de Pombal, contendo extractos dos seus escritos e correspondência*, que teve tradução portuguesa em 1872. Pois lá vamos encontrar de novo, entre os ex-

(69) Vd. *supra* nota 47.

(70) Estes «melhoramentos» também não existiam na referida tradução original de 1757, cujo manuscrito se encontra na Biblioteca da Acad. das Ciências de Lisboa, que reproduz fielmente o conteúdo da edição francesa, à parte alguns erros de tradução.

(71) ANTT, mss. da Livraria, n.º 2223 e n.º 294, respectivamente tomo I e II.

tractos dos pretensos escritos do Marquês de Pombal, trechos do inconfundível *Discurso Político*, desta vez sem qualquer referência de título e origem, o que poderá dificultar mas não iludir a identificação do texto. John Smith seria depois feito Conde da Carnota, segundo diz Camilo no *Perfil do Marquês de Pombal*, por haver escrito as ditas *Memórias*, «essa obra muito ordinária, inçada de incorrecções cronológicas, de crítica estólida e de mentiras originais». Camilo, que lamentavelmente pretendeu reduzir Pombal à imagem de um déspota bronco e sanguinário, tinha razão nas críticas que fez a este e outros apoletas do Marquês. Camilo refutou também a fama de adversário intransigente dos ingleses que haviam colado a Pombal. Entre outras invenções de John Smith, o romancista destruiu com toda a justiça a de que teria sido Sebastião de Carvalho o introdutor do *garfo* em Portugal em 1745!

Tido às vezes como uma boa fonte, por ter estado ligado a descendentes de Pombal — e justamente tido, na maioria dos casos, como uma má fonte — John Smith limitou-se a ir pescar alguns parágrafos do *Discurso Político* inserto nas *Cartas e outras Obras Selectas*, como se pode verificar pelo cotejo desta colectânea (edição de 1861. 2.º volume, pp. 97-187) com a edição portuguesa das *Memórias do Marquês de Pombal* (Lisboa, 1872, pp. 37-39 e 52-58). Mas o futuro Conde da Carnota julgou por bem não desvendar a sua fonte.

Com esta insofismável falsificação, cometida segundo tudo indica pela propaganda vintista e homologada por John Smith, inaugurou-se uma série interminável de malentendidos que se prolonga até hoje. Há outras cartas e escritos igualmente atribuídos a Sebastião de Carvalho que têm concorrido para idêntico resultado, embora com muito menor ressonância. Susan Schneider, no seu recente trabalho sobre o vinho do Porto e o Marquês de Pombal, pensa que uma dessas cartas geralmente atribuídas ao Marquês também não passa de uma falsificação⁽⁷²⁾. Esta historiadora mostra, aliás, que Pombal não acabou com a direcção inglesa do comércio do vinho do Porto, apesar de a Feitoria Inglesa daquela cidade se ter insistentemente queixado de que a Companhia das Vinhas do Alto Douro visava a ruína dos negociantes britânicos⁽⁷³⁾.

(72) S. Schneider, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, p. 180, nota 44.

(73) As medidas pombalinas defenderam, sim, a qualidade e a reputação do Vinho do Porto e contribuíram para a revalorização do seu preço, que no final do reinado de D. João V descera verticalmente. J. Borges de Macedo notou que esta defesa do Vinho do Porto se fez essencialmente contra os concorrentes internos (os vinhos de outras regiões de Portugal).

Ao longo dos últimos 160 anos, a falsa atribuição do *Discurso Político* ao Marquês de Pombal tem feito uma carreira notável, inquinando muitos escritos de historiadores portugueses e estrangeiros, que assentaram as suas análises na deficiente literatura existente, não procurando dados mais seguros ou indo verificar as fontes ⁽¹⁴⁾. Alguns historiadores houve, todavia, que não ligaram importância a esta obra atribuída a Pombal, possivelmente por duvidarem da sua autenticidade ou porque a consideraram (não sei se com inteira razão) um simples «texto», sem grande significado ou consequências — uma vez que a História pretende ler menos nos textos do que nos factos consumados, nas realidades quantificáveis, nos largos movimentos e tendências da economia ou da cultura, etc. Tais excepções na historiografia pombalina do século XX foram, por exemplo, J. Lúcio de Azevedo no princípio do século e J. Borges de Macedo na actualidade. Muitos outros autores, porém — inclusive à revelia do resultado das pesquisas dos dois historiadores citados — têm continuado a incorrer no erro da autoria pombalina do *Discurso Político* ou a insistir na oposição a Inglaterra da política de Pombal. Só nos últimos 40 anos, serviram-se daquela obra para analisar a política e a figura de Pombal, entre outros, Marcus Cheke, o Visconde de Carnaxide, Alfredo Duarte Rodrigues, Allan K. Manchester, J. Calvet de Magalhães, Sandro Sideri, Armando Castro e André Gunder Frank, até à autora da mais recente biografia ou retrato biográfico de Pombal, Agustina Bessa-Luís.

José Calvet de Magalhães, na sua *História do Pensamento Económico em Portugal* ⁽¹⁵⁾, considera mesmo o *Discurso Político* o escrito económico mais significativo de Pombal. Armando Castro constitui um caso especial, já que se divide, é o termo, entre a afirmação da autoria de Sebastião de Carva-

⁽¹⁴⁾ No *Catalogue de la bibliothèque de M. Fernando Palha*, Lisbonne, 1896, título 3413, está registada a *Relation historique du tremblement de terre [...] précédée d'un Discours politique [...]*, A la Haye, 1756, com a seguinte indicação: «Mr. Goudard [sic] en est l'auteur». Nesta informação se terá baseado Brito Aranha, que no *Dicionário Bibliográfico*, tomo XVIII, Lisboa, 1906, registou duas edições em francês de 1756 e a espanhola de 1762, não lhe escapando tratar-se da mesma obra apesar dos três diferentes títulos e locais de impressão. Brito Aranha refere também que a autoria da obra é atribuída a Goudard (sic). Pode-se pois concluir que a autoria do *Discurso Político* foi há muito revelada mesmo em Portugal e não apenas em França. Nestas circunstâncias é espantoso que tal informação não se tenha divulgado e que ninguém, inclusive Brito Aranha, tenha tirado a conclusão de que o texto atribuído a Pombal não podia ser da autoria deste!

⁽¹⁵⁾ Sep. do *Bol. de Ciências Económicas*, vols. VIII-XII, Coimbra, 1967.

lho (76) e a atribuição a um anónimo desconhecido (77), o que suscita alguma perplexidade, dada a aparente pouca atenção com que este historiador leu os seus próprios livros. A. K. Manchester (78) e A. Gunder Frank (79) citam o *Discurso Político* como sendo de Pombal, o último autor para ilustrar formas de resistência «burguesa» à divisão internacional do trabalho imposta pela Grande Bretanha mercantilista. Enfim, Sandro Sideri, em *Comércio e Poder — Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas* (80), cita confiadamente os escritos pombalinos seleccionados por John Smith, levando a sua boa fé ao ponto de encimar um dos capítulos do seu trabalho com uma citação do pseudo-Pombal (81).

Quanto ao recente *Sebastião José*, de Agustina Bessa-Luís (82), deve dizer-se em seu abono que, embora não tendo grandes problemas em aceitar o ministro de D. José como autor ou divulgador do *Discurso Político* (facto que foi prejudicar o conteúdo do livro), a escritora mostrou ao menos alguma relutância em reconhecer no estilo ligeiro e incisivo daquela obra o modo pesadão, burocrático e confuso de Pombal se exprimir.

(76) *Doutrinas Económicas em Portugal — Séc. XVI a XVIII*, Biblioteca Breve, Lisboa, 1978.

(77) *A Dominação Inglesa em Portugal*, Porto, 1972, 2.ª ed. em 1979.

(78) *British Preeminence in Brazil: its Rise and Fall*, cit. pelo seguinte.

(79) *Acumulação, Dependência e Subdesenvolvimento*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.

(80) Lisboa, 1978.

(81) *Idem*, pp. 144 e 173.

(82) Imprensa Nacional, 1981.